**ANEXO I**

**MODELO DE REQUERIMENTO DE CERTIFICAÇÃO**

1. Solicitação

Senhor(a) Secretário(a) Nacional de Assistência Social,

A entidade\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(nome da entidade)\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e com endereço na \_\_\_\_\_\_\_(endereço completo)\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, representada por \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(nome do representante ou do procurador)\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF sob o nº\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, requer, com fundamento na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e no Decreto nº 8.242, de 23 maio de 2014:

( ) a concessão originária de certificação de entidade beneficente de assistência social; ou

( ) a renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social;

II. Em caso de requerimento de renovação, informo:

a) a data de validade da certificação vigente: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_ a \_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_;

b) o nome do órgão certificador: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_;

c) a identificação do ato (Resolução/Portaria nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_); e

d) a data da publicação no DOU: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_.

1. Declaro que a entidade tem atuação:

 ( ) exclusiva na área da assistência social;

 ( ) preponderante na área da assistência social;

 Informo que atua também na área da ( ) educação e/ou ( ) saúde.

IV. Sobre o estatuto da entidade, afirmo o seguinte nas 3 questões abaixo:

a) A entidade está legalmente constituída no país e em efetivo funcionamento há pelo menos doze meses antes do protocolo do requerimento de certificação ou está abrangida pela disposição do parágrafo único do artigo 3º, Lei nº 12.101/2009?

( ) Sim

( ) Não

b) A entidade prevê que existe compatibilidade de sua natureza, objetivos e público alvo com a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, com o Decreto nº 6.308, de 14 de dezembro de 2007, com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS, aprovada pela Resolução CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004, com a Norma Operacional Básica da Assistência Social - NOB SUAS, aprovada pela Resolução CNAS nº 33, de 12 de dezembro de 2012 e com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, aprovada pela Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009?

( ) Sim

( ) Não consta esta previsão em nosso estatuto

c) A entidade prevê em seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, a destinação do eventual patrimônio remanescente a entidades sem fins lucrativos congêneres ou a entidades públicas?

( ) Sim, encontra-se no artigo \_\_\_\_\_\_\_

( ) Não consta esta previsão em nosso estatuto

1. Sobre o dirigente da entidade, eu como requerente informo:

Nome completo:

CPF:

Endereço:

Município:

Bairro:

Complemento:

Cidade/Estado:

E-mail:

1. Informo os seguintes dados para contato com a entidade:

Telefones: ( ddd )

Emails:

Site:

Redes sociais:

Outro canal de comunicação da entidade:

1. Declaro que, juntamente com o presente requerimento, apresento:

( ) comprovante de inscrição no CNPJ;

( ) cópia dos atos constitutivos (Estatuto Social) registrados em cartório;

( ) cópia da ata de eleição dos atuais dirigentes, devidamente registrada em cartório;

( ) cópia da identidade do representante legal da entidade, da procuração e da identidade do outorgado, quando for o caso;

( ) comprovante de inscrição da entidade no Conselho Municipal de Assistência Social ou do Distrito Federal, conforme os parâmetros nacionais estabelecidos pelo CNAS;

( ) relatório de atividades que demonstre as ações na área de assistência social desenvolvidas, no respectivo Município ou Distrito Federal, no ano civil anterior ao do requerimento;

( ) demonstrativo de resultado do exercício (DRE) fiscal anterior ao do requerimento;

( ) notas explicativas do exercício fiscal anterior ao do requerimento;

( ) declaração do gestor local de que a entidade realiza ações de assistência social de forma gratuita;

1. Eu, representante da entidade requerente, declaro:

( ) estar ciente das normas e exigências fixadas pela Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e pelo Decreto nº 8.242, de 23 maio de 2014, em relação ao pedido feito por meio do presente formulário;

( ) não possuir Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social vigente (quando for o caso de primeiro requerimento).

Local/Unidade da Federação:

Data:

Assinatura: